

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.141 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 2000



Senado lança em Salvador suas novas publicações

PÁGINA 7

Investigações sobre o TRT-SP têm apoio de auditor da Receita

O próximo passo será a incorporação, aos trabalhos em andamento no Senado, de especialistas do Banco Central, da Procuradoria-Geral da República, do Ministério da Justiça e da Polícia Federal



O presidente e o relator da Subcomissão Permanente do Judiciário, senadores Renan Calheiros e José Jorge, estiveram ontem com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel (C)

A Subcomissão Permanente do Judiciário conta, desde ontem, com a participação de um auditor da Receita Federal para ajudar no aprofundamento das investigações sobre a obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) e outros fatos apurados pela CPI do Judiciário. A incorporação do fiscal Maurício Almeida aos trabalhos do Senado foi formalizada durante reunião realizada entre o presidente e o relator da subcomissão, senadores Renan Calheiros e José Jorge, e o secretário da Receita, Everardo Maciel.

PÁGINA 3

PLENÁRIO VAI AVALIAR REGRAS PARA CONCESSÕES DE RÁDIO E TV

PÁGINA 4

DEMOCRATIZAÇÃO

Uma das principais alterações do projeto de Pedro Simon é a regulamentação do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional criado pela Constituição de 1988, e a criação dos respectivos conselhos regionais. O conselho teria papel ativo na avaliação do desempenho das entidades concessionárias.



Clodoaldo defende rigor, em vez de proibição, na concessão do porte de arma

Desarmamento pode estimular ação criminosa, teme Clodoaldo

PÁGINA 8



O senador Pedro Simon prevê uma nova etapa na integração do Cone Sul

Simon destaca gasoduto entre o Brasil e a Argentina

PÁGINA 4



Maldaner conta com mobilização popular para evitar aprovação da lei

Para Maldaner, democracia cai se for adotada Lei da Mordaza

PÁGINA 5



Roberto Requião

VAI À CÂMARA PROJETO QUE DIFICULTA FRAUDE CONTRA O FISCO

Proposta, do senador Roberto Requião, veda a comercialização no país de cervejas em lata e cigarros destinados à exportação para impedir que eles retornem clandestinamente para serem vendidos no Brasil

PÁGINA 2

Projeto contra evasão fiscal vai para a Câmara

Isentos de IPI e de ICMS, por se destinarem à exportação, cervejas em lata e cigarros são vendidos no Brasil. Preocupado com o prejuízo para o país, Roberto Requião apresentou proposta que foi aprovada pelo Senado

O projeto de lei que proíbe a comercialização interna de cervejas em lata e cigarros destinados a exportação, de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), foi enviado no último dia 15 à Câmara dos Deputados pela Mesa do Senado. Depois de aprovada no dia 27 de julho pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo, a proposta aguardou o prazo regimental para recursos, mas não foi modificada pelo Plenário.

O projeto teve voto favorável do relator, senador Edison Lobão (PFL-MA). Para possibilitar o controle da proibição, o texto aprovado determina que as embalagens desses produtos terão tarja vermelha com a inscrição, em letras verdes (ou vice-versa): "Produto para exportação, venda proibida no Brasil".

Ao justificar o projeto, Requião afirmou que a tarja já é obrigatória para exportações a países latino-americanos e do Caribe. Porém, esta obrigatoriedade é dri-

blada com a exportação de produtos para a Europa, via Argentina. O senador afirmou que esses produtos nunca saem do continente, retornando para venda clandestina no Brasil através da fronteira com o Paraguai. O autor da proposta afirmou que, para consumir todos os cigarros que importa, cada paraguaio – inclusive crianças – teria de consumir um cigarro a cada 20 minutos.

Requião explica que, ao serem produzidos para exportação, esses

produtos ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No caso dos cigarros, as alíquotas incidentes são de 330% e 25%, respectivamente. A CAE aprovou emenda do relator ao projeto, determinando que a lei entrará em vigor 120 dias após sua publicação, e não em 30 dias, como previa a proposta original.



Requião esclarece que os cigarros retornam ao Brasil através do Paraguai

Bancos de dados poderão ter legislação mais rígida

A Câmara dos Deputados examinará projeto de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), aprovado no dia 26 de julho na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que disciplina o uso de informações relativas a pessoas físicas e jurídicas mantidas em bancos de dados, informatizados ou não. Enviado à Câmara no dia último dia 15, o projeto, que tinha caráter terminativo, recebeu parecer favorável do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), para quem esse tipo de informação transformou-se em "mercadoria de alto valor para um mercado global".

— Diversos países já estão comprometidos com mecanismos que permitam ao cidadão verificar a veracidade, a integridade, a completude e a propriedade das informações existentes a seu respeito. O projeto traz para o Brasil algumas dessas salvaguardas, tão necessárias, atuando em conjunto com o Código de Defesa do Consumidor e com os códigos Civil e Penal — explicou o relator.

O projeto prevê que dados de identificação pessoal pertencem ao titular que os informou e o acesso a eles pode ser feito mediante solicitação escrita ao proprietário, gestor ou usuário do banco de dados, sem ônus para o titular, observado

um prazo de 90 dias entre duas solicitações. O responsável pelo banco de dados tem dez dias para atender o pedido e, em caso de recusa, o titular poderá impetrar um *habeas data* para assegurar o conhecimento das informações.

Lúcio Alcântara lembra que 14 países europeus já aprovaram legislação sobre o assunto, tendo em vista a rápida expansão de tais sistemas, por causa das facilidades propiciadas pela informática. O senador teme que os bancos de dados coloquem em risco informações sigilosas de pessoas e empresas, especialmente os dados pessoais restritos, como opiniões políticas e religiosas, crenças e ideologias, saúde física e mental, vida sexual, registros policiais e outros. O projeto garante a uma pessoa acesso a todos os dados sobre ela, além do direito de completá-los ou corrigi-los.

Também foi enviado à Câmara projeto de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO) aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Educação dando o nome do ex-governador Jorge Teixeira de Oliveira ao aeroporto de Porto Velho.

Alcântara destaca Balanço Social da Pesquisa Agropecuária

Ao elogiar a publicação do Balanço Social da Pesquisa Agropecuária Brasileira de 1999, organizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) comentou



Alcântara é autor do projeto que institui regras para os bancos de dados

que o objetivo das pesquisas desenvolvidas pela Embrapa é reduzir os desequilíbrios sociais, fixar o homem no campo, gerar emprego no meio rural, aumentar a renda da agricultura familiar e contribuir para capitalizar os

pequenos produtores rurais. De acordo com o senador pelo Ceará, as pesquisas realizadas pela Embrapa não estão voltadas unicamente para a agricultura comercial de grande porte. Ele disse que muitos pequenos produtores estão sendo beneficiados diretamente pela instituição. O balanço

da pesquisa agropecuária destacado por Lúcio Alcântara reúne as ações realizadas por 13 instituições de pesquisa, ensino, desenvolvimento e extensão pertencentes ao Sistema nacional de Pesquisa Agropecuária.

— As áreas contempladas são muitas: agricultura familiar, reforma agrária, apoio comunitário, comunidades indígenas, segurança alimentar, meio ambiente e educação ambiental, educação e formação profissional, e bem-estar, segurança e medicina no trabalho — enumerou Alcântara.

Lúcio Alcântara também ressaltou a participação das instituições de pesquisa e desenvolvimento agropecuário brasileiras em comunidades indígenas. Ele informou que apenas em 1999 foram investidos, em territórios indígenas, mais de R\$ 350 mil. "É um trabalho de mão dupla, uma vez que não são apenas os indígenas a receber o conhecimento tecnológico do homem branco, mas os pesquisadores também aprendem o conhecimento adquirido pelos índios", explicou.

Brasil 500



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 2000

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Segunda-feira
14h30 — Sessão não deliberativa
Terça-feira
14h30 — Sessão não deliberativa
Quarta-feira
14h30 — Sessão não deliberativa
Quinta-feira
10h — Sessão não deliberativa
Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira
15h — Subcomissão Permanente do Judiciário
Pauta: depoimento dos juizes do TRT/SP Rubens Tavares Aídar, Floriano Vaz da Silva e José Victório Moro. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3
Quarta-feira
14h30 — Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.035-23, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro Oeste, de que trata a Lei nº 7.827/89. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

ESPECIAL

Quarta-feira
12h — Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Perdidos no espaço*, de Stephen Hopkins.
Auditório Patrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Subcomissão recebe apoio de auditor fiscal

Segundo Renan Calheiros e José Jorge, presidente e relator da Subcomissão do Judiciário, servidor da Receita Federal irá auxiliar nas investigações sobre as denúncias de desvio de verbas na obra do fórum trabalhista de São Paulo

A Subcomissão do Judiciário passou a contar, a partir de ontem, com a colaboração de um auditor fiscal da Receita Federal. Maurício Almeida, que já prestou assessoria no ano passado à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Judiciário, foi indicado para a função pelo secretário da Receita, Everardo Maciel, durante encontro com o presidente e o relator da subcomissão, senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e José Jorge (PFL-PE), respectivamente.

De acordo com os dois parlamentares, o auditor poderá auxiliar a subcomissão a acompanhar o andamento de investigações a respeito do desvio de recursos da obra do fórum trabalhista que vinha sendo realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo e de outros casos apurados pela CPI. O mesmo pedido de colaboração foi feito à Po-



Renan Calheiros (à esquerda) e José Jorge (à direita), durante encontro com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel

lícia Federal, Banco Central, Ministério da Justiça e Procuradoria-Geral da República.

– Estamos solicitando a ajuda desses órgãos para que possamos avançar nos esclarecimentos – dis-

se Renan Calheiros após a reunião com Everardo Maciel. Por sua vez, José Jorge recordou que os trabalhos do colegiado serão permanentes e que há necessidade de se pro-

mover acompanhamento constante dos casos investigados pela CPI. “Precisamos cuidar do presente olhando para o futuro, e o fato de dispormos de um auditor já é uma grande ajuda”, observou.

O secretário da Receita informou que foram entregues à CPI do Judiciário as 36 declarações de renda solicitadas, tanto de pessoas físicas como jurídicas. As 48 diligências pedidas pela comissão parlamentar de inquérito, envolvendo pedidos objetivos de fiscalização para se descobrir, por exemplo, se alguém continua ou não sócio de determinada empresa, também foram realizadas pela Receita.

Além disso, segundo o secretário, 24 ações fiscais foram encerradas, cinco foram parcialmente encerradas e seis encontram-se em andamento. “Todos os pedidos de informação da CPI foram atendidos”, afirmou Everardo Maciel, para quem as comissões de inqué-

rito muitas vezes acabam colaborando com o trabalho da Receita Federal. “As CPIs têm realizado um trabalho de parceria muito grande com a Receita, pois fora delas enfrentamos uma situação kafkiana quando precisamos buscar informações protegidas pelo sigilo bancário”, relatou.

José Jorge informou que o contato com a Receita teve o mesmo objetivo da visita feita pelos senadores da subcomissão, na semana passada, ao Banco Central. “Precisamos ter um quadro de como estão caminhando as medidas adotadas pela CPI, e fomos ao banco para solicitar que sejam atendidos os pedidos de informações feitos a respeito do TRT pelas procuradoras que cuidam do caso”, disse. O relator afirmou ainda que estão “avançadas” as investigações do Ministério Público sobre o destino dos recursos desviados da obra do fórum trabalhista de São Paulo.

Senado deve apreciar previdência complementar ainda neste semestre

Aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), projeto do Executivo que regulamenta a relação entre previdência complementar e entes públicos deve ser apreciado pelo Senado ainda neste semestre. A proposta, que teve votos favoráveis dos relatores, senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Romero Jucá (PSDB-RR), e já foi apreciada pela Câmara dos Deputados, faz parte da reforma da Previdência e trata especialmente sobre fundos de pensão. A intenção é regular a relação entre União, estados, Distrito Federal, municípios, autarquias, fundações, sociedades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar.

De acordo com o governo federal, essa modalidade de previdência tem um público alvo de 48 milhões de pessoas, e pode significar a solução do déficit previdenciário. O projeto prevê carência mínima de 60 contribuições mensais, além do fim do vínculo empregatício com o patrocinador, para que o benefício comece a ser pago. Também proíbe que os entes públicos assumam encargos adicionais para o financiamento do plano de benefícios e exi-



ge a concessão prévia do benefício pelo regime de previdência ao qual o participante esteja filiado por intermédio de seu patrocinador. Além disso, fica vedado o repasse de ganhos de produtividade, abono e vantagens de qualquer natureza para os beneficiários.

Dentre as inúmeras mudanças trazidas pela nova legislação, está a instituição da portabilidade, instrumento pelo qual o participante de uma entidade de previdência complementar poderá transferir sua poupança acumulada para o plano de benefícios de uma outra, aberta ou fechada. Nas entidades

responsáveis pela previdência complementar fechadas, não existe vínculo prévio entre os participantes. A portabilidade, entretanto, só poderá transferir os recursos entre os fundos de previdência, sendo proibido o trânsito dos recursos entre os participantes.

– A proposta abre a perspectiva de que o sistema previdenciário se transforme também em um sistema de capitalização, poupança e investimento, permitindo que esse grande volume de recursos possa irrigar a economia e desenvolvê-la, gerando empregos e abrindo possibilidades –



José Fogaça acredita que o projeto irá gerar recursos para irrigar e desenvolver a economia



Romero Jucá relatou favoravelmente a proposta na Comissão de Assuntos Sociais

acredita José Fogaça.

Enquanto na Holanda o patrimônio das entidades de previdência complementar supera o Produto Interno Bruto do país em 20%, e na Suíça os montantes são iguais, nos Estados Unidos esses ativos equivalem a 80% do PIB. No Brasil, os cerca de 350 fundos de pensão responsáveis pela previdência complementar não chegam a 10% do PIB nacional em ativos.

O projeto trata ainda da formação dos conselhos deliberativo e fiscal dos fundos, assim como das atribuições da diretoria-executiva. Os conselhos serão paritários, com igual representação de participantes e patrocinadores. A fiscalização ficará a cargo do órgão regulador e fiscalizador, cuja criação depende de lei complementar. Enquanto isso não acontecer, suas funções serão exercidas pelo Conselho de

Gestão da Previdência Complementar e pela Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência e Assistência Social, e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e Superintendência de Seguros Privados (Susep), do Ministério da Fazenda.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), líder do Bloco Oposição, informou que sua bancada estará liberada para votar o projeto. Ela deve apresentar duas emendas para assegurar que o conselho deliberativo das entidades de previdência complementar seja mesmo paritário. De acordo com a parlamentar, no texto original a paridade entre participantes assistidos e patrocinadores não fica suficientemente garantida, uma vez que o projeto prevê que poderá ser aplicada a composição já estabelecida no estatuto da entidade.

Plenário examinará critérios para concessões de rádio e TV

Proposta original restringe a exploração dos serviços com o objetivo de evitar a concentração da propriedade dos meios de comunicação

Substitutivo da ex-senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) a projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que estabelece critérios em relação à outorga ou à renovação de concessões e permissões para a exploração de serviços de radiodifusão de som e imagem deverá entrar na Ordem do Dia para votação em Plenário no próximo mês. A matéria foi aprovada pela Comissão de Educação no primeiro semestre.

A relatora retirou do texto o artigo que excluía dos possíveis beneficiários os detentores de controle acionário de jornal diário localizado no mesmo estado, as entidades que tivessem mais de 30% de participação nacional ou regional nos meios de comunicação ou que detivessem uma ou mais concessões de emissora do mesmo tipo na comunidade onde tivessem intenção de se instalar. O texto original limitava a existência de oligopólios no controle dos meios de comunicação.

Luzia Toledo aceitou os argumentos do líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que apresentou emen-

da supressiva ao capítulo 5º do projeto. O projeto de Simon busca aperfeiçoar os procedimentos para a outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviços de radiodifusão de som e imagem. Uma das principais alterações proposta pelo senador é a regulamentação do Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição de 1988, e a criação dos respectivos conselhos regionais. O conselho, que terá papel ativo na avaliação do desempenho das entidades concessionárias, é uma reivindicação antiga das entidades de comunicação.

Na justificativa da matéria, Pedro Simon assinala que, apesar de a Constituição de 88 consagrar dispositivos para o controle dos meios de comunicação, como a obrigatoriedade de apreciação pelo Congresso Nacional de atos de outorga ou renovação de concessões e permissões, qua-



Luzia Toledo retirou do texto restrições sugeridas por Pedro Simon

se 12 anos depois os preceitos referentes à comunicação social não foram regulamentados.

Dessa forma, entende o senador, perpetuou-se “o modelo de comunicação basicamente comercial, sem espaços que possibilitem a participação efetiva da sociedade civil”.

Ressaltando que o direito à informação é um dos pontos basilares para a construção de uma sociedade democrática, Simon destaca que a difusão de informação sem controle e a falta de critérios rígidos na distribuição de suas fontes têm gerado situações de desrespeito ao direito do cidadão.

– Diante dessa realidade, é tempo de envolver a sociedade civil como um todo na construção de um modelo de comunicação e informação que assegure a expressão da pluralidade de posições que compõem a sociedade brasileira – afirma o senador.

Gasoduto fortalece a integração entre Brasil e Argentina, afirma Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou ontem no Plenário a inauguração do primeiro trecho do gasoduto Brasil-Argentina, que se realiza hoje na cidade argentina de Passo de Los Libres, fronteira com Uruguiana (RS). Além de fortalecer os laços políticos e comerciais entre os dois países, Simon diz que a obra muda profundamente a base energética do Rio Grande do Sul, que hoje importa 70% da energia consumida e lidera o ranking nacional de importação do produto. “Em breve, o Rio Grande do Sul vai se tornar exportador de energia”, aposta.

Segundo Simon, a Argentina está garantindo ao Brasil, desde julho, uma oferta diária de 2,8 milhões de metros cúbicos de gás. Quando o gasoduto alcançar a região metropolitana de Porto

Alegre, o senador prevê que o fornecimento subirá para 15 milhões de metros cúbicos por dia. “O gás natural é uma solução viável para a geração de energia, com as vantagens de ser mais barato e não poluente”, assinalou.

Ele fez questão de lembrar que tanto a semente do gasoduto Brasil-Argentina quanto os marcos do Mercosul foram lançados no governo do ex-presidente e atual senador José Sarney (PMDB-AP). Enquanto o governo Collor renovou esses dois compromissos, o senador gaúcho disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso deu prioridade ao gasoduto Brasil-Bolívia, que só vai até São Paulo e depois foi estendido ao Rio Grande do Sul. Para Simon, o atual governo acabou convencido de que as obras dos dois gasodutos não



Para senador, “o mercado latino-americano começa a atingir uma fase de grande desenvolvimento”

eram concorrentes, mas integradoras, e levariam energia barata e em profusão aos gaúchos.

“Acredito que o mercado latino-americano começa a atingir uma fase de grande desenvolvimento”, declarou Simon, apelando ao Itamaraty para que aprofunde esse esforço de integração. Em apartes, Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiaram a preocupação de Pedro Simon com o fortalecimento das relações institucionais e econômicas entre os países do Cone Sul.



CARTAS

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica cartas, faxes e e-mails enviados pelos leitores

Endereço:
Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, Sala 2006
Brasília - DF - 70165-920

E-mail: jornal@senado.gov.br

Fax: (61) 311-3137 ou (61) 311-3333

0800 612211 – A Voz do Cidadão

Interesse pelo Nordeste

Tenho o privilégio de receber há algum tempo o apreciadíssimo *Jornal do Senado*, que tem oferecido até aqui soberbo manancial de informações em todas as áreas, como invejável veículo de comunicação. Quero expressar meu melhor agradecimento. As notícias contidas em suas páginas são de tal forma transparentes e de tamanha utilidade que nada deixam a desejar, se comparadas às reportagens de telejornais, rádios e outros jornais do país, alguns tendenciosos. Aqui, numa região bastante desenvolvida (Cariri, sul do estado), há um interesse sempre crescente pelo acompanhamento das discussões de matérias atinentes ao Nordeste e, de modo particular, o trabalho e o desempenho de nossos representantes na Câmara Alta do país.

José Alceli Sobreira, Juazeiro do Norte (CE)

Ajudando o país

Agradeço o envio do jornal. Ele é um instrumento maravilhoso para ajudar o país.

Camilo Iva Grohmann, Romelando (SC)

Universitário pede assinatura

A Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), nas pessoas de seus professores do curso de Direito, recebe exemplares personalizados deste jornal. Tive a oportunidade de ler um dos mesmos. Considerei interessante, pois nos dá a possibilidade de estarmos a par dos acontecimentos desta Casa.

Como estudante do curso de Direito, gostaria de também receber, periodicamente, tais exemplares.

Gustavo Menezes Diniz da Silva Segundo, Ilhéus (BA)

Sem parcialidade

Sou assinante e leitor assíduo do *Jornal do Senado* e gostaria de parabenizar toda a equipe de jornalistas que o redigem, principalmente pelo retrato fiel das discussões, sem parcialidade.

José Leozenirto Tallevi, Telêmaco Borba (PR)

Contribuição para exercer mandato

Congratulo-me com os integrantes de sua equipe pela publicação do suplemento “Histórias do Brasil”. Através do *Jornal do Senado*, todos os brasileiros podem e devem acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelos senadores, que são os legítimos representantes dos estados e do Distrito Federal. Recebemos religiosamente o *Jornal do Senado*, que também tem contribuído para o desempenho do mandato do nosso deputado Cláudio Almeida.

Newton Washington Danin de Melo, Assembléia Legislativa, Belém (PA)

Histórias do Brasil 1

Sou assinante do *Jornal do Senado* e venho por meio desta parabenizá-los pelo encarte “Histórias do Brasil”. Apreciei demais. Estou guardando todos.

Antonio Agnaldo Guimarães, Borda da Mata (MG)

Histórias do Brasil 2

Quero parabenizá-los pelo encarte “Histórias do Brasil”, publicado juntamente com o *Jornal do Senado*. O informativo é de suma importância, por tratar a história deste país com seriedade.

Maria de Fátima Pacheco, Rio de Janeiro (RJ)

Acontecimentos do Congresso

Ao visitar um amigo, conheci e li o *Jornal do Senado*. Achei muito interessante, pois através dele tomamos conhecimento dos acontecimentos no mundo do Congresso Nacional.

Orson Pacheco, Palhoça (SC)

Maldaner defende transparência em investigações

Ele espera que pressão popular e mobilização de órgãos da sociedade civil impeçam a aprovação da chamada "Lei da Mordaça". Se a proposta for acolhida, disse, "cai o estado de direito, cai o sistema democrático"

A pressão da população e a mobilização de órgãos da sociedade civil evitarão que o Senado aprove lei que impeça delegados e procuradores de se manifestarem sobre casos em investigação, na avaliação do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Conhecida como "Lei da Mordaça", proposta com tal finalidade foi rejeitada na Câmara durante a tramitação da Reforma do Judiciário, mas pode ser mantida na votação no Senado. Há ainda dois projetos de lei no Senado impondo limites às manifestações de procuradores e delegados.

— O Senado vai dizer não. Vamos continuar com o sistema democrático, com transparência, que é melhor — afirmou o parlamentar.

Os projetos prevêem punição para procuradores, delegados de polícia e juizes que divulgarem informações sobre processos em andamento antes de ter provas que sustentem as acusações. Maldaner lembrou que num passado recente o Brasil viveu um período em que a divulgação de informações também estava sob censura.

— Naquele período, havia uma "Lei da Mordaça" no todo. Ninguém podia falar. Se voltarmos a isso, cai o estado de direito, cai o sistema democrático — sustentou o senador.

Maldaner considerou surpreendente que projetos como esse ganhem apoio nos dias atuais, já que tolhem o direito da sociedade de conhecer processos em andamen-

to e obrigam o Ministério Público a trabalhar em sigilo.

O senador observou que, pelos projetos, a divulgação de qualquer informação só poderá ocorrer depois da sentença do juiz, ressaltando que tramitarão em segredo de Justiça questões envolvendo bens públicos, fato que considera inaceitável. Ele lembrou que já está previsto na Constituição e na lei ordinária que assuntos particulares ou de família tramitem em segredo de Justiça, afirmando que "fazer tramitar em segredo processos concernentes à coisa pública é demais".

Maldaner entende que, quando a demanda se refere a bem público, tem que haver transparência em toda a tramitação do processo, porque a principal parte interessada no assunto é a sociedade.

— Quando envolve pessoas públicas, como nós, mais uma razão para não haver segredo de Justiça. Quando é público, não tem por que esconder. A coisa pública tem que ser como um livro aberto, uma vitrine — frisou.

Para Casildo Maldaner, é incompatível com o regime democrático uma lei que tolha a liberdade dos que investigam fatos criminosos e ajuízam ações contra seus autores.

— Essa Lei da Mordaça me parece que vai silenciar muita coisa. Há uma geração de procuradores novos aí que não pode ter seu trabalho tolhido — comentou ainda, sustentando que a transparência precisa prevalecer no Brasil.

Senador propõe suspensão de empréstimo para saneamento do Besc

Autor de projeto de resolução que susta a eficácia de empréstimo federal de cerca de R\$ 2,5 bilhões ao governo de Santa Catarina para saneamento do Besc, o senador Casildo Maldaner defendeu ontem a medida até que a Justiça apresente decisão final quanto aos números que justificariam o financiamento. Os resultados das investigações da Assembléia Legislativa de Santa Catarina e as respostas evasivas do Banco Central a informações pedidas pelo próprio senador apontam para o que ele chamou de "crime orquestrado". A dívida assumida pelo governo estadual por conta do empréstimo é irresponsável, disse Maldaner, e deverá ser paga em 30 anos, "comprometendo uma geração inteira".

Ao reconstituir o caminho que levou ao processo de privatização do banco, pelo qual o seu controlador não deverá receber mais do que R\$ 350 milhões, Maldaner acusou o governo do estado e o Banco Central de irresponsabilidade fiscal e de promoção de aumento do déficit público. De 1994 a 98, segundo o senador, o Besc seguiu à risca os procedimentos de ajuste ao programa de estabilização eco-



Para Casildo Maldaner, empréstimo compromete "uma geração inteira"

nômica, apesar de o Banco Central seguidamente oferecer privilégios para a privatização do banco e deixar claro que "haveria perseguições" caso a privatização não ocorresse.

Na investigação realizada pelos deputados estaduais sobre esse processo, relatou Maldaner, verificou-se, entre outras irregularidades, aumento artificial do "rombo" do banco, paralisação dos negócios e operações e não pagamento das dívidas da União com o estado relativas ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

Em benefício dos particulares que vierem a comprar o Besc e em detrimento dos interesses estaduais, Maldaner afirmou que "o mesmo governo que entre-

gou o banco quebrado em 1987 — o que exigiu a intervenção do Banco Central —, cometendo toda espécie de desmandos, como contratações de empregados em época de campanha eleitoral, volta a destruir o Besc, com o único objetivo de lucrar politicamente e obter recursos da União". Quanto ao Banco Central, o senador afirmou que, ao contrário do que defendia em 1994 como receita de ajuste fiscal, o BC, "estranhamente, em conluio com o governo do estado, adotou a tática de paralisar as operações, manter os custos, desmoralizar o banco, destruí-lo para forçar sua privatização, independentemente dos custos para os cofres públicos".

TV Senado

Acompanhe, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões de comissões permanentes e especiais. Informe-se ainda sobre saúde, cultura e educação seguindo nossa programação.

política e muito mais



Subsecretaria de Projetos Especiais - C&M
TV SENADO

CCJ examina emendas ao Código do Contribuinte

Simon, Dutra e Suplicy pretendem alterar o projeto de Bornhausen, que estava no Plenário e retornou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Lobão está preparando parecer sobre as mudanças sugeridas

O projeto de lei complementar do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) criando o chamado Código de Defesa do Contribuinte — especificando os direitos e garantias do contribuinte diante do fisco — voltou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para que as emendas oferecidas em Plenário pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) sejam apreciadas. O relator da matéria, senador Edison Lobão (PFL-MA), está

preparando os pareceres sobre as 22 emendas dos três senadores.

Já aprovado na CCJ e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o Código do Contribuinte contém dispositivos que impedem ações coercitivas na cobrança extrajudicial de tributos. O projeto acaba com a possibilidade de interdição de estabelecimentos comerciais e com a exigência de depósitos para a apresentação de recursos administrativos. Além disso, determina que os impostos e contribuições devem obedecer

ao princípio da anualidade e impede o uso de medidas provisórias para implementar alterações na legislação tributária.

De acordo com Jorge Bornhausen, o Código de Defesa do Contribuinte “abrirá uma nova página da cidadania, pois o contribuinte terá uma relação de igualdade com o fisco: direitos e deveres mútuos. Ele é um código de cidadania fiscal e ingressamos, com ele e com sua discussão, no processo das democracias mais avançadas”, destacou o autor do projeto

de lei complementar.

Ainda segundo o senador por Santa Catarina, o Código de Defesa do Contribuinte servirá principalmente para a proteção do pequeno contribuinte, dos que não têm recursos para contratar um tributarista. Bornhausen acrescentou que o código será um instrumento de defesa não apenas individual, mas também coletivo, dos contribuintes.



Jorge Bornhausen pretende, com seu projeto, estabelecer uma relação de igualdade entre o contribuinte e o fisco



Jefferson diz que objetivo é conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico da região

Jefferson propõe fundo para Amazônia Ocidental

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) apresentou proposta de emenda constitucional que prevê a criação de um Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, que poderá ajudar a conciliar a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico da região. O montante de recursos do fundo, segundo o projeto, estaria relacionado à extensão do território protegido.

Entre os anos 2001 e 2013, diz a proposta de Jefferson, para cada ponto percentual que a área protegida representa em relação à superfície total da região, seriam destinados ao fundo dois pontos percentuais da receita líquida federal arrecadada pelo estado do Amazonas. Quanto maior for a área protegida, maior será o fundo.

— Governadores e prefeitos de todos os municípios se empenharão muito na preservação dessas áreas com vistas à captação de parte de recursos do fundo, que poderão ser aplicados em infraestrutura e em ações e programas sociais nos municípios do interior — previu Jefferson Péres em

entrevista à Rádio Senado.

Considera-se receita líquida, pela proposta, a diferença entre a receita tributária federal arrecadada pelo Amazonas e os repasses dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) ocorridos no mesmo exercício. E território protegido, de acordo com o texto, é todo aquele — aí incluídas as reservas indígenas — ao qual se imponham restrições à exploração econômica dos recursos naturais.

Os recursos poderão ser aplicados em municípios do Amazonas, do Acre e de Roraima, com exceção das capitais desses estados. A área beneficiada alcançaria aproximadamente dois milhões de quilômetros quadrados.

Para o autor da proposta, o fundo não deve ser visto como ajuda caritativa, mas como indenização aos habitantes da região. Com a aprovação do fundo, acredita, “a Amazônia deixará de ser motivo de preocupação e crítica no exterior, para se tornar um exemplo de preservação ambiental, com desenvolvimento econômico e inclusão social”.

Projeto de Hartung fixa novo prazo para guarda de comprovantes de pagamento

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) apresentou projeto modificando artigo do Código de Defesa do Consumidor com o objetivo de instituir prazo máximo de quatro meses de exigência para que o cidadão guarde consigo comprovantes de pagamento de prestações periódicas como serviços públicos, mensalidades escolares, financiamentos e cartões de crédito.

Pelo projeto, depois desse prazo, contado da data do vencimento da obrigação, os débitos de prestações periódicas serão considerados quitados, se cobrança judicial ou extrajudicial não tiver sido efetivada. Estão excluídos do projeto apenas os débitos relativos à Previdência Social, Receita Federal, Estadual e Municipal.

Em sua justificativa, Hartung afirma que, diante do comércio eletrônico dos dias de hoje, com compras e pagamentos sendo efetuados quase em tempo real, não é admissível exigir-se do consumidor que guarde por longo período os comprovantes de pagamento de

prestações periódicas.

Ele argumenta que, com a emissão de um novo boleto de pagamento, com periodicidade fixa, é fácil e justo que o débito seja imediatamente registrado no boleto do pagamento seguinte, a fim de deixar resguardado o direito de cobrança judicial da dívida, antes que seja alcançado pela prescrição. No caso de serviços públicos como água, luz e telefone, até já existe a observação de conta em

atraso, explicou Hartung.

O senador pelo Espírito Santo exclui da redução de prazo para guarda dos documentos os pagamentos relativos à Receita e à Previdência Social por entender que esses órgãos públicos não estão suficientemente aparelhados para fazer face ao volume de trabalho de fiscalização concentrado em um mesmo período. Para esses débitos, ficam mantidos os prazos atuais, defende Hartung.



Hartung: transações eletrônicas impõem a redução do prazo de guarda de documento

Inelegibilidade poderá ser ampliada

Projeto de lei do senador Paulo Hartung aumenta para oito anos o prazo de inelegibilidade, após o cumprimento da pena, de quem for penalmente condenado por crime contra a economia popular, o patrimônio, a administração e a fé públicos, o mercado financeiro e a Previdência Social, pelo tráfico de entorpecentes e por crimes fiscais, tributários ou eleitorais. A proposta está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

nia (CCJ).

Hartung explica em sua justificativa que o aumento do prazo de inelegibilidade proposto é proporcional ao potencial ofensivo dos crimes relacionados. Ele afirma que, além de aumentar o prazo de três para oito anos, é muito importante considerar a vida progressa do candidato a cargo público.

O senador ressalta a importância da proibição de ingresso na

vida pública de pessoas que tenham sido condenadas pela prática de atos criminosos que atentem contra a sociedade como um todo, como crimes considerados hediondos ou que atentem contra a coletividade. A gravidade desse tipo de crime, na opinião do senador, torna necessário “um interstício em que o egresso do sistema penal possa demonstrar de maneira clara a sua reintegração à normalidade do convívio social”.

Antonio Carlos lança Rede Virtual de Bibliotecas

Cerca de 500 mil documentos e 2,5 bilhões de recortes de jornal poderão ser consultados na Internet, como resultado da fusão em meio eletrônico dos acervos do Senado e da Câmara, entre outros



ACM fará o lançamento na inauguração da Feira do Livro da Bahia

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

1h — *Debate* — Sen. Lúcio Alcântara e o cineasta Wolney Oliveira falam sobre o filme *Milagre em Juazeiro — vida de Padre Cícero*
 2h — *Saúde/Unip* — Papiloma vírus — parte 2
 2h30 — *Jornal do Senado*
 3h — *Cores do Brasil* — Pernambuco
 3h30 — *Entrevista* — Sen. José Alencar fala sobre remédios falsificados
 4h — *Jornal do Senado*
 4h30 — *Saúde/Unip* — Papiloma vírus — parte 2
 5h — *TV Escola* — Educação Ambiental — Energia
 5h30 — *Cores do Brasil* — São Luís do Maranhão
 6h — *Saúde/Unip* — Papiloma vírus — parte 2
 6h30 — *Cidadania* — Sen. Lauro Campos e o cineasta Sílvio Tendler falam do filme *Castro Alves, retrato falado de um poeta*
 7h30 — *Entrevista* — Sen. José Alencar fala sobre remédios falsificados
 8h — *Jornal do Senado*
 8h30 — *TV Escola* — Educação Ambiental — Energia
 9h — Sessão Plenária (vivo)
 Logo após: Subcomissão do Judiciário (reapresentação)
 14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
 18h30 — *Entrevista* — Sen. Lúcio Alcântara fala sobre sigilo bancário e fiscal
 19h — *Cores do Brasil* — Cerrado brasileiro

19h30 — *Cidadania* — Sen. Emilia Fernandes e João Vicente Goulart falam sobre a morte de João Goulart
 20h30 — *Entrevista* — Sen. José Alencar fala sobre remédios falsificados
 21h — *Jornal do Senado*
 21h30 — *Canal Médico* — Hipertensão arterial parte 1
 22h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — Show Capivara
 24h — *Redescoberta do Cinema Nacional* — *República Guarani*, de Sylvio Back, e *Kuarup*, de Heinz Forthmann

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
 Em seguida — Música e informação
 9h — Sessão Plenária do Senado Federal (vivo)
 Em seguida — Música e informação
 14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
 Em seguida — Música e informação
 19h — *A Voz do Brasil*
 Em seguida — Música e informação
 20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
 Em seguida — Música e informação
 21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
 Em seguida — Música e informação
 21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
 Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

O Brasil está ganhando uma biblioteca com acervo de 500 mil documentos e 2,5 bilhões de recortes de jornal. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, lança oficialmente hoje, às 11h, a Rede Virtual de Bibliotecas — Congresso Nacional (RVBI), resultado da fusão em meio eletrônico das bibliotecas do Senado, da Câmara e de outras bibliotecas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. O evento acontece em Salvador, durante a IV Feira Internacional do Livro, com a presença dos demais senadores da bancada baiana, Paulo Souto (PFL) e Djalma Bessa (PFL), além do senador licenciado e ministro da Previdência e Assistência Social Waldeck Ornelas.

A biblioteca virtual poderá

ser consultada na Internet por meio da página do Senado (www.senado.gov.br) e vai atender prioritariamente a parlamentares e funcionários do Congresso, mas também estará aberta ao acesso de qualquer cidadão. Na Rede serão encontradas informações sobre artigos da Constituição, relatórios ministeriais e presidenciais do Império e da Primeira República, gravuras, mapas, obras raras e até um manuscrito de Machado de Assis.

A coordenação da rede virtual cabe à Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado, um dos mais importantes acervos nacionais de Direito, Ciência Política, Educação, Economia e Sociologia, entre outras áreas das Ciências Sociais.

A Biblioteca do Senado, fundada em 1826, durante o Império, a pedido do senador baiano Visconde de Cairu, conta atualmente com 150 mil livros e 4 mil obras de referência.

— A Rede pretende ser um portal de conhecimento via Internet que vai estar democraticamente aberto a todos os brasileiros — diz a diretora da biblioteca, Simone Bastos Vieira, que coordena um intercâmbio entre o Senado e a Biblioteca do Congresso dos EUA, hoje a maior do mundo.

O lançamento contará com a participação do governador do estado, César Borges, do prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy, do secretário estadual de Cultura, Paulo Gaudenzi, entre outras autoridades locais.

Senado participa da Feira do Livro da Bahia

O lançamento oficial da Rede Virtual de Bibliotecas — Congresso Nacional (RVBI) pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, marca a abertura hoje da IV Feira Internacional do Livro da Bahia, que acontece de 18 a 27 de agosto no Centro de Convenções de Salvador.

Logo após o lançamento da biblioteca virtual, marcado para as 11h, no estande do Senado, Antonio Carlos vai apresentar ao público de Salvador as mais novas publicações patrocinadas pelo Senado: *Rui Barbosa, o Estadista da República*, de João Mangabeira, *Pensamento e Ação de Rui Barbosa* (seleção de textos da Fundação Casa de Rui Barbosa), *O Rio de Janeiro Como É*, de C. Schlichthorst, e *Sua Majestade o Presidente do Brasil*, de Ernest Hambloch.

O presidente do Senado também abre ao público a exposição de obras raras em comemoração aos 500 anos do Brasil. São documentos atuais e do século 19, sobre episódios importantes na história do país, como o termo de abdicação de d. Pedro I, a Lei Áurea, a carta de renúncia de Jânio Quadros e a carta de renúncia de Fernando Collor.

A Feira do Livro da Bahia é hoje, segundo os organizadores, o terceiro maior evento do gênero no país, recebendo, em 1999, mais de 140 mil visitantes. Durante os dez dias da feira, o Senado vai ofere-



Estande do Senado oferecerá mais de cem obras a preço de custo



cer livros a preço de custo e distribuir outras publicações gratuitamente.

O público encontrará os mais recentes lançamentos com o selo do Conselho Editorial do Senado, além dos cerca de 100 títulos do Catálogo de Publicações. Dentre os livros oferecidos estão clássicos da literatura e do direito brasileiros, ao lado de obras de interesse jurídico e político.

A Constituição federal atualizada costuma ser uma das publicações mais vendidas no estande do Senado nas feiras de livro. Disponível em disquete ou na versão impressa, o texto está atualizado até a Emenda nº 28, promulgada em maio passado. Os profissionais da área de direito também terão acesso à coleção das constituições brasileiras desde o Império, comentada por especialistas de renome como Aliomar Baleeiro, Barbosa Lima Sobrinho e Themís-

tocles Brandão Cavalcanti.

Durante a feira, o público poderá assistir à TV Senado, com a transmissão direta das sessões plenárias e das reuniões das comissões. Pessoal especializado também estará disponível para guiar o acesso do público à *homepage* do Senado na Internet, em diversos computadores, nos quais a Rádio Senado FM pode ser ouvida. Nesse *site* a Agência Senado torna disponível a cobertura em tempo real das atividades legislativas, além de matérias consolidadas sobre os temas em debate.

A participação do Senado na Feira do Livro da Bahia foi organizada pela Comissão Especial das Feiras de Livro, coordenada pela diretora da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, Simone Bastos Vieira. A comissão reúne profissionais da Secretaria de Informação e Documentação, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Secretaria de Comunicação Social e Prodasen.

Senado vota em setembro proibição a arma de fogo

O projeto restringe a posse de armamento às Forças Armadas, polícias, empresas de segurança e de transporte de valores, moradores de área rural, colecionadores, clubes de tiro e caça e agentes de trânsito e de fiscalização ambiental

O projeto que proíbe a venda de armas de fogo e munições em todo o país, e obriga as pessoas que possuem qualquer armamento a devolvê-lo às Forças Armadas ou às polícias Federal ou Civil num prazo de 360 dias após a aprovação da proposta, deverá entrar na pauta de votação do Senado no dia 12 de setembro. A informação foi dada pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), um dos autores do projeto. A iniciativa resultou em substitutivo elaborado pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que reuniu três projetos sobre o assunto.

O substitutivo de Calheiros, entre outras modificações, suspende por um ano novas autorizações para o funcionamento de empresas de segurança e transporte de valores, além de propor a realização de referendo sobre a proposta nas eleições municipais deste

ano. Também estabelece penas mais rigorosas para o descumprimento da lei e proíbe a fabricação e a venda de armas de brinquedo.

De acordo ainda com o substitutivo de Calheiros, somente as Forças Armadas, órgãos de segurança pública, empresas de segurança privada e de transporte de valores, clubes de tiro e caça, guardas florestais, agentes de trânsito e de fiscalização ambiental, moradores de áreas rurais e colecionadores poderão portar ou adquirir armas e munição. O projeto prevê também que os donos das armas regularizadas entregues ao poder público deverão ser indenizados, e aqueles que possuem armas ilegais serão anistiados caso as devolvam voluntariamente.

O parecer de Renan Calheiros aglutinou projetos que restringem a venda de armas apresentados pelos senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e José Roberto Arruda e pelo ex-senador Djalma Falcão. O texto recebeu

emendas dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Bernardo Cabral (PFL-AM), já aprovadas pela CCJ, e deve ainda tramitar pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde já existe negociação sobre o texto entre Calheiros e o relator da proposta nesse colegiado, senador Pedro Piva (PSDB-SP).

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse não concordar com o dispositivo que permite a venda de armas para moradores de áreas rurais e apresentou voto contrário ao texto na CCJ. Juntamente com o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), a parlamentar deverá apresentar emenda na CRE para suprimir a permissão. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou voto em separado, por considerar que o substitutivo de Calheiros é inconstitucional. Ele anunciou que deverá entrar com ação de inconstitucionalidade caso a matéria seja aprovada em Plenário.



José Roberto Arruda é autor de uma das propostas que restringem a posse de armamento e munição

Francelino anuncia ciclo de homenagens a ex-governador de Minas

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) comunicou a realização na noite de ontem, em Belo Horizonte (MG), de duas solenidades em homenagem ao centenário de nascimento do ex-governador de Minas Gerais Milton Campos. O evento seria marcado pela celebração de uma missa na Basílica de Lourdes e pelo lançamento do Selo Comemorativo do Centenário na Assembléia Legislativa do estado, tendo como principal orador o ministro aposentado e membro da Academia Brasileira de Letras Oscar Dias Corrêa.

Segundo Francelino Pereira, as solenidades fazem parte de um amplo ciclo de eventos em homenagem a Milton Campos, e vão se estender até o final do ano. Sessão especial no Senado em homenagem a ele está marcada para 26 de outubro.

— Essa será uma oportunidade de repassarmos fatos e temas candentes da política brasileira, pois o exem-

plo e o pensamento de Milton Campos continuam vivos e atuais — afirmou Francelino.

O senador aproveitou para destacar a importância do processo de informatização que está sendo implantado em todo o território nacional para as eleições municipais deste ano. Ele observou que, pela primeira vez, o Brasil vai realizar uma eleição totalmente informatizada, com a utilização de milhares de urnas eletrônicas.

Francelino fez comentários também sobre o espaço de propaganda eleitoral a que têm direito os candidatos na TV. Ele considera oportuno que o momento seja aproveitado para os candidatos levantarem junto aos eleitores os problemas mais angustiantes. “Nossa população está sendo convidada a exercitar a cidadania, com a manifestação mais legítima que lhe compete, que é o voto direto e soberano”, finalizou o senador.



Francelino também destacou o uso de urnas eletrônicas em todos os municípios nas próximas eleições

Clodoaldo defende maior rigor para autorização do uso de armamento

O desarmamento da população pode incentivar “os bandidos a agirem com mais audácia”, avaliou ontem o senador Clodoaldo Torres (PTB-PE) ao comentar os projetos de lei que limitam o porte de armas de fogo e munição. O parlamentar considera mais proveitosa a imposição de condições rígidas para a aquisição de armas, em vez de simplesmente proibi-la.

A expectativa de Clodoaldo Torres, segundo disse, é que esse seja também o ponto de vista do senador Pedro Piva (PSDB-SP), relator das propostas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

— É preciso que se leve em conta que bandidos não compram armas em lojas, justamente porque sua comercialização obedece a exigências rigorosas e implica complexa burocracia — disse.

O senador apresentou dados segundo os quais países que proibiram o uso de armas de fogo vi-



Clodoaldo Torres considera que proibir a utilização de armas não trará benefícios para a população

ram aumentar os índices de criminalidade e hoje questionam a eficácia da medida. Conforme disse, existem no Brasil cerca de 20 milhões de armas de fogo, das quais apenas 1,8 milhão são registradas. De acordo com as fontes citadas pelo senador, estudos realizados na Suíça e em Israel comprovam que não há correlação entre população civil armada e violência homicida. Anualmente, disse, 22 mil pessoas são assassinadas a tiros no Brasil, número que supera

as estatísticas de vários países em guerra.

Clodoaldo Torres conclamou os políticos, as autoridades e a população em geral para um esforço com o objetivo de reduzir a violência. Para que isso aconteça, ele lembrou que devem ser adotadas medidas de repressão ao tráfico de drogas, contrabando de armas, impunidade, corrupção e inoperância policial, além de serem removidas as causas sociais da violência.